

D. CARLOS

Rui Ramos

D. CARLOS

1863-1908

TEMAS E DEBATES

Introdução: uma vida política

D. Carlos I (1863-1908) foi o primeiro rei de Portugal a ser vítima de um atentado desde a suposta conspiração contra D. José, em 1758, e o primeiro a morrer de morte violenta depois de D. Sebastião, em 1578. Foi também um dos mais inteligentes e capazes reis do seu tempo, quando a Europa era ainda, com excepção da França e da Suíça, um conjunto de monarquias. Ao ser aclamado rei, a 19 de Outubro de 1889, D. Carlos tinha 26 anos. Morreu antes de festejar os 45 anos, a 1 de Fevereiro de 1908. Manteve-se com ele a fatalidade dos reis constitucionais portugueses de ascenderem ao trono muito jovens e morrerem relativamente cedo. Mesmo assim, embora mais curto do que o do seu pai, D. Luís (1861-1889), o seu reinado foi tão longo como o da sua avó, D. Maria II (1834-1853). D. Carlos foi ainda o rei constitucional que ascendeu ao trono com mais idade, já casado e com filhos, e o único que havia exercido a regência do reino enquanto príncipe real (em 1883, 1887 e 1888). Tal como já acontecera a seu pai nos últimos anos, teve de viver com um movimento político entre os seus súbditos que se propunha abertamente destruir a monarquia. No entanto, nos últimos dias, julgou que estava no caminho certo para assegurar a continuidade do regime.

Em 1906, D. Carlos apostou em João Franco, um político que já tinha sido seu ministro várias vezes, para reequilibrar o sistema político e financeiro da monarquia constitucional. Imaginou certamente que podia inaugurar uma era de estabilidade e prosperidade, em que fosse possível proceder à transformação tranquila do país segundo os padrões do liberalismo, e manter Portugal integrado num mundo então definido pela livre circulação de bens, pessoas e capitais e por um frágil e tenso sistema de alianças entre as potências europeias. D. Carlos sabia que muito dependia da sua acção, como detentor daquilo que a constituição da monarquia definia como o «poder moderador». Não quis eximir-se às suas responsabilidades. Em 1907, quando a restante elite política o tentou obrigar a demitir Franco, resistiu. Era o que se esperava da sua reputação de coragem. Mas o rei não contou certamente que os seus inimigos fossem tão longe, como acabaram por ir na tarde do dia 1 de Fevereiro de 1908, quando, na companhia da rainha e dos príncipes, começou a travessia do Terreiro do Paço nu-

ma carruagem aberta, e sem escolta. Durante anos, nunca se percebeu bem o que se passou. Na Primavera de 1908, toda a Europa consumiu gravuras e desenhos, mais ou menos fantasiados, representando o rei morto na carruagem, enquanto o príncipe real, também ferido, agonizava, e a rainha defendia o filho mais novo com um ramo de flores. O caminho da reforma acabou por ser afinal o caminho da perdição.

Como disse o seu antigo ministro José Maria de Alpoim, D. Carlos viu-se até ao fim como um «grande rei constitucional». Foi sempre isso que ele desejou ser. E é por isso que hoje é tão difícil compreendê-lo. Este livro é uma tentativa de recuperar o modo como D. Carlos pensou ser rei, e o foi de facto. Assenta num esforço rigoroso, na medida em que o permite a documentação conhecida, para restituir o rei ao seu mundo, à sua linguagem e aos seus pontos de vista. Fazer a biografia de um rei coloca alguns problemas específicos de método. Não é fácil estudar um rei depois da transformação democrática a que a Europa se viu sujeita no rescaldo das duas grandes guerras do século xx. Entre 1917 e 1947, a maior parte dos estados monárquicos desapareceram na Europa. Desde então, os Europeus vivem num mundo em que a soberania está reservada a assembleias ou a chefes de Estado eleitos por sufrágio universal e sujeitos a reeleição. Algumas monarquias sobreviveram, mas não nos ajudam a compreender exactamente o que foram as monarquias do passado. Os reis de hoje são, por vezes apenas, pouco mais do que celebridades, figuras que geram mais noticiário para as colunas de sociedade e revistas cor-de-rosa do que para as páginas de análise política. D. Carlos não foi um rei desses. As suas prerrogativas constitucionais fazem lembrar o presidente da república no actual regime constitucional português, só que um presidente hereditário num Estado ainda sem sufrágio universal e onde as eleições não eram a principal origem do mandato dos governos. D. Carlos foi um rei que escolheu governos. Não governou directamente, mas coube-lhe a ele conceder aos políticos meios para governar. É por isso que a morte de D. Carlos feriu a monarquia. A monarquia dependia do rei. E aqui, é curiosamente a ideologia monárquica, ao afirmar a continuidade da figura do rei, que não nos ajuda a compreender o que se passou. Como o rei nunca «morre», não deveria ter havido solução de continuidade entre D. Carlos e o seu filho D. Manuel. A monarquia continuou a ter um rei, mas não a experiência e a prudência de D. Carlos, as suas relações, a sua influência, a sua autoridade, o seu instinto.

Esta não é, portanto, a biografia de um indivíduo chamado Carlos de Bragança Saxe-Coburgo-Gotha, que por acaso foi rei de Portugal. É a biografia de um rei. D. Carlos nasceu príncipe real e foi educado para suceder ao seu pai, D. Luís. Seria errado tentar dissociar o «homem» do monarca. A monarquia não era uma carreira para D. Carlos, como a política é hoje uma opção profissional para alguns: a monarquia, para D. Carlos, era a sua existência. Os reis não eram reis das nove às cinco. A corte, onde estavam sujeitos a um protocolo exigente, não lhes permitia separarem-se facilmente da sua vida pública. Para a sua mulher e para os seus filhos, D. Carlos era rei e

não apenas marido e pai. Por isso, a sua vida é, fundamentalmente, uma vida política. Neste livro, não vou tentar fazer uma aproximação intimista ao indivíduo, mas uma análise política do rei. Não procurarei descrever a corrente da sua consciência, mas analisar as suas decisões em contexto. Este é um livro de história, não é um romance, nem um ensaio especulativo. Só poderemos ir até onde nos levarem os documentos.

A interpretação de D. Carlos apresentada neste livro assenta numa reflexão sobre a cultura política do liberalismo português, e mais especialmente sobre o lugar e o papel do rei nessa cultura. É extremamente difícil para um leitor comum e mesmo para um historiador livrar-se dos seus preconceitos e pontos de vista para compreender outra situação ao nível a que deve ser compreendida, em função de padrões de valor e de horizontes históricos que não são os nossos. Estudar o passado é como aprender uma língua estrangeira: temos de tentar pensar de uma maneira diferente, de ver o mundo através de *nuances* e de subtilezas que não são as nossas. Foi isso que tentei neste livro, para reencontrar D. Carlos no seu tempo, entre aqueles com quem viveu.

De acordo com os critérios desta edição, só se indicaram, em nota de rodapé, as fontes de citações e de dados estatísticos. Pela mesma razão, a bibliografia final inclui apenas a documentação e os livros citados, e não todas as fontes utilizadas ou existentes.

Capítulo 1

«O rei incompreendido»

«Era um homem demasiado inteligente para rei. Os reis e os poetas não devem ser inteligentes»¹

Em Novembro de 1905, João Franco referiu-se ao rei D. Carlos como o «homem público mais discutido do seu país»². Com efeito, no princípio do século XX, em Portugal, o rei parecia estar no centro de tudo quanto era debate e querela política. Para uns, era o obstáculo no caminho de todas as soluções. Para outros, poderia ser a solução para todos os problemas. Basta desfolhar qualquer revista de caricaturas da época para constatar a fúria com que D. Carlos foi desenhado, até à estilização da sua figura numa forma redonda, com bigode e charuto. É o que explica, de resto, o atentado de 1 de Fevereiro de 1908. Chefes de Estado irrelevantes não são vítimas de conspirações politicamente motivadas. Mas se D. Carlos deveu a sua morte ao destaque que tinha alcançado em vida, seria depois a maneira da sua morte, mais do que a sua vida, que o tornou memorável. Em Portugal, cerca de cem anos depois da sua morte, D. Carlos é lembrado por uma estátua em frente do Palácio Nacional da Ajuda. O seu nome identifica, pelo menos, uma avenida em Lisboa, um navio oceanográfico do Instituto Hidrográfico da Marinha, o Museu do Mar de Cascais e uma Escola Agrícola em Vendas Novas. Em Vila Viçosa, o paço ducal funciona como uma espécie de casa-museu, evocando o quotidiano do rei quando longe da capital³. Mas para todos os efeitos, D. Carlos é o rei que foi morto no Terreiro do Paço. Não poderíamos esperar que a história escapasse incólume a uma memória tão forte. Mas essa memória pouco contribuiu para uma interpretação exacta do rei e do seu reinado.

¹ Francisco Freire, personagem de *Doidos e Amantes* (2005), romance de Agustina Bessa-Luís, falando sobre o rei D. Carlos.

² FRANCO, 1905, p. 108.

³ A residência de D. Carlos em Lisboa, o Palácio das Necessidades, está hoje ocupada pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Um rei trágico?

O regicídio, e depois a tomada do poder pelo Partido Republicano em 1910, lançaram uma sombra retrospectiva sobre a vida de D. Carlos. Em demasiados manuais e estudos de história, o seu reinado foi reduzido a uma espécie de antecâmara da I República. Pouco se tem reparado em que D. Carlos conseguiu durar mais tempo no poder (1889-1908) do que os líderes do Partido Republicano (1910-1926). Apenas uma vez no seu reinado, durante algumas horas da manhã de 31 de Janeiro de 1891 no Porto, houve unidades militares fora da legalidade. Ao contrário do que aconteceu durante a I República, quando essas sublevações armadas se tornaram quase normais. Mas nada como uma tragédia para afunilar a memória e a história. Os contemporâneos que quiseram recordar D. Carlos ou os historiadores que tentaram interpretá-lo acabaram por deixar-se prender no que lhes pareceu serem indícios e intimações do desenlace final. «A tarde de 1 de Fevereiro de 1908 tem a terrível violência dos desenlaces do *Hamlet* e do *Rei Lear*», escreveu Carlos Malheiro Dias no prefácio à crónica de Francisco Rocha Martins, em 1930¹. As memórias do seu reinado estão assim cheias de presságios, e os livros de história encaixados nos limites de um determinismo fatalista. Na primeira crónica do reinado de D. Carlos, publicada em 1908-1909, Alfredo Gallis colecionou os sinais de mau agouro: «Quando a sua noiva chegou a Lisboa, dois pobres soldados ficaram sem braços ao darem-se as salvas do forte de Sacavém; no dia da sua aclamação, morria a sua tia, a imperatriz do Brasil. E este pesadelo parecia segui-lo sempre através do seu desditoso reinado.»² Houve autores que conseguiram descrever o regicídio como se tivesse sido uma espécie de marcha deliberada para a morte. Na viagem de Vila Viçosa a Lisboa, o rei teria vindo «silencioso e sombrio». A 8 de Janeiro, até fizera dois seguros de vida. A 23, consultara uma vidente espanhola, que lhe confirmara o seu triste fim³. O jornalista republicano Manuel Brito Camacho, dois dias depois da morte de D. Carlos, fez logo uma tese a partir dessas impressões fatalistas: «não foi um assassinato, foi um suicídio»⁴.

É verdade que os acontecimentos da abertura do reinado parecem suficientemente ominosos para dispensar a invocação de soldados mutilados e imperatrizes fulminadas. Logo a começar, houve o conflito diplomático com a Inglaterra, ocasionado pelo ultimato de 11 de Janeiro de 1890. Um ano depois, deu-se a insurreição republicana na guarnição militar do Porto, a 31 de Janeiro de 1891. Em Maio desse mesmo ano de 1891, uma corrida aos bancos levou ao fim da convertibilidade da moeda portuguesa e preparou o ambiente para a bancarrota do Estado. Daí decorreram a interrupção das operações de crédito no exterior, a subida de impostos, a suspensão das admissões na

¹ MARTINS, 1930.

² GALLIS, 1908-1909, vol. I, p. 112.

³ FERRÃO, 1961, p. 46.

⁴ *A Luta*, 3 de Fevereiro de 1908.

função pública e o fim dos grandes investimentos públicos em caminhos-de-ferro e outras infra-estruturas. Teria sido o termo da era dourada de «progresso» do reinado anterior. Entretanto, a fragmentação e crises de liderança dos partidos políticos produziam governos que não duraram, ou foram fortemente contestados. Entre 1889 e 1893, D. Carlos teve cinco diferentes primeiro-ministros, enquanto D. Luís tivera apenas dois entre 1881 e 1889.

Este contraste entre os reinados de D. Luís e de D. Carlos, como se um representasse a bonança e o outro a tempestade, não deixa de ser discutível. No caso de D. Luís, a memória histórica efectuou uma espécie de amnistia dos problemas e acidentes. Esqueceu-se facilmente os tumultos de Novembro de 1861 em Lisboa, a sublevação popular e a insurreição militar em Braga em 1862, os protestos contra o aumento dos impostos de consumo em 1867, a gravíssima crise financeira do Estado entre 1867 e 1871, as complicações diplomáticas resultantes da revolução de Espanha em 1868, o golpe de Estado de Saldanha em Maio de 1870 — o mais grave pronunciamento militar e o único golpe de Estado com sucesso entre 1851 e 1910 —, a conspiração do marquês de Angeja em Julho de 1872 (a célebre «pavorosa»), a corrida aos bancos em 1876, as violentíssimas campanhas do Partido Progressista contra o rei ou as manifestações contra o tratado com a Inglaterra sobre Lourenço Marques em 1881. A ideia feita de que D. Luís teve um «reinado florescente»¹ obliterou tudo isso, reduzindo quaisquer percalços a notas de rodapé. Ao contrário, o preconceito de que D. Carlos viveu um «reinado trágico»² arrastou tudo o que correu mal para o centro da narrativa histórica. De tal modo, que os anos em que não se reteve memória de acontecimentos graves, como os de 1893 a 1905, foram geralmente reduzidos a uma época de decadência e corrupção, definida pelo chamado «rotativismo». O rei teria entregue então o país, em usufruto, a dois chefes de partido, José Luciano de Castro, líder do Partido Progressista, e E. R. Hintze Ribeiro, do Partido Regenerador. Neste contexto, o seu gosto pelo desporto — caça, pesca, tiro, etc. —, típico dos aristocratas do tempo, foi geralmente julgado com severidade, como correspondendo a uma certa indiferença aos assuntos do Estado.

Em 1908, pouco tempo depois da morte de D. Carlos, Alfredo Gallis retratava o rei como «dando-se à vida mundana mais do que seria justo e à dos negócios menos do que devia». Era «naturalmente epicurista, sorria e deixava andar». O problema era que «não estava possuído da alta importância da sua missão social, e, como tal, faltava-lhe o estímulo, a energia, a boa vontade, o fogo sagrado, enfim, do convencimento pessoal». Não era, segundo Gallis, como o imperador Guilherme II da Alemanha, seu contemporâneo. Guilherme II procurou sempre «interpretar o bem da nação, identificando-se com ela, esforçando-se por bem a servir, porque se julga o predestinado por

¹ Título de um livro de Eduardo Noronha (1928) sobre o reinado de D. Luís.

² Título dos dois volumes dedicados ao reinado de D. Carlos na *História de Portugal* dirigida por Manuel Pinheiro Chagas.

Deus para essa espinhosa e difícil missão». D. Carlos não sofrera dessa paixão. Daí que tivesse deixado o país, durante anos, entregue a «dois partidos políticos, Regenerador e Progressista, revesando-se no poder como se o poder fosse um feudo que lhes pertencesse de juz e direito». Por isso, durante o seu reinado «não se deu um passo no caminho de remodelar os nossos costumes políticos e a nossa educação cívica». Embora Gallis tivesse concluído que esta «indiferença nunca encontrará uma explicação categórica», sempre avançou uma razão: o rei desprezava o país. Corria até «na voz da maledicência» que D. Carlos chamava a Portugal «a piolheira». Gallis, porém, tinha o cuidado de acrescentar: «mas isso não está positivamente averiguado»¹. Entre aqueles para quem D. Carlos era antipático, essa cautela desvaneceu-se com o tempo, e a célebre frase apócrifa passou a ser citada como um facto confirmado.

Para além do «rotativismo», o facto mais associado a D. Carlos durante o século xx foi a «ditadura franquista». A «ditadura» decorreu da decisão do rei, em Maio de 1907, de manter no poder João Franco, contra a opinião de todos os outros partidos da monarquia. Franco, que tinha sido várias vezes ministro de D. Carlos na década de 1890, rompera com o seu partido de origem, o Partido Regenerador de Hintze Ribeiro, para fundar, em 1903, um partido novo, o Partido Regenerador-Liberal. Mas ainda não dispunha de força política suficiente para governar com o parlamento, onde os seus apoiantes estavam em minoria. Por isso, o rei dissolveu a Câmara dos Deputados, e deixou Franco promulgar leis por decreto, sem prévia votação parlamentar. Era a isto que então se chamava uma «ditadura». Acontecera vezes sem conta no passado. Só que os beneficiários da ditadura tinham sido, até então, os chefes dos grandes partidos, Hintze Ribeiro e José Luciano de Castro, que agora se sentiram marginalizados pela preferência que D. Carlos dava ao líder de uma organização política pequena e ainda sem grande influência. Hintze e José Luciano resolveram então fazer a vida difícil ao rei, rodeando-o de protestos e irreverência. Um facto veio facilitar-lhes a propaganda contra D. Carlos. Franco, em Agosto de 1907, usou os poderes legislativos para liquidar a conta corrente que a Casa Real tinha com o Estado. As oposições acusaram logo D. Carlos de conservar Franco no governo para pregar um calote ao Tesouro Público. Era a prova do egoísmo do rei. D. Carlos, segundo os seus críticos, usava as prerrogativas constitucionais unicamente para benefício pessoal, indiferente ao bem público. Foi nesta época que saiu, com enorme sucesso, um dos mais violentos ataques ao rei: o romance pornográfico *O Marquês da Bacalhoa*, escrito por um fidalgo excêntrico, Alexandre de Albuquerque. O êxito do livro era bem a medida do rancor existente na classe política contra o rei nos últimos meses de um reinado então agitado por conspirações e explosões de bombas.

Aqueles que se mantiveram fiéis à memória de D. Carlos tiveram de admitir que o rei não morrera com boa reputação. Tinha-se criado à sua volta aquilo que um deles

¹ GALLIS, 1908-1909, vol. 1, pp. 10-12.

designou como «uma atmosfera de ódio, sendo a sua pessoa conhecida pelo povo, não como homem bom e inteligente como na verdade era, mas sim como homem mentiroso, soberbo, devasso, e só amigo de depauperar o país. Era um artista de primeira ordem, mas para o público ignorante, era [o pintor Henrique] Casanova quem pintava os cartões! Naturalista apreciado pelos sábios estrangeiros, não era D. Carlos que fazia descobertas oceanográficas mas sim o professor [Albert] Girard, seu colaborador nos trabalhos científicos! Para o povo só tinha uma qualidade boa e conhecida: o ser destemido e valente»¹. O escritor Fernando Pessoa, então contaminado pela opinião republicana dos liceus e escolas superiores, ainda se referia, pouco depois do atentado de 1908, à «ignóbil figura de D. Carlos I, que o Diabo guarde». Anos passados, mais friamente, confessou: «É sempre uma terrível lembrança para nós aqui em Portugal com que geral suspírio de alívio Lisboa acolheu a notícia de que o rei Carlos tinha sido assassinado.»² Inúmeras fontes confirmam essa impressão. No dia 3 de Fevereiro de 1908, em Lisboa, o escritor Raul Brandão falou com vários amigos, entre eles o pintor Columbano Bordalo Pinheiro: «todos concordaram em que o rei era mau e quase glorificaram os homens que o assassinaram»³.

Logo depois da morte do rei, aqueles que o tentaram reabilitar não insistiram no modo polémico como D. Carlos desempenhara o papel de monarca. Em vez disso, preferiram focar as qualidades privadas do homem. Revelaram assim um D. Carlos que, para os seus amigos e conhecidos, aparecera sempre como uma pessoa afável, de uma enorme correcção pessoal. Para os criados teria sido, na fórmula de Ramalho Ortigão, o «amo que nunca ralhou». Ramalho descreveu-o ainda como uma pessoa de «gostos simples». D. Carlos não se prendia às «pompas da realeza» e aos «cerimoniais da corte». Preferia a sua casa da grande herdade do Vidigal, no concelho de Montemor-o-Novo, onde se refugiava como «qualquer mediano lavrador alentejano»⁴. Foi também esta a linha seguida pelo jornalista Joaquim Leitão no livro *D. Carlos, o Desventuroso. Notas Íntimas*. Composto entre 3 e 22 de Fevereiro de 1908, o volume incluiu várias anedotas, recolhidas entre os amigos do rei, acerca da sua «simplicidade», «bondade» e «inteligência». A instrução e a inteligência do rei foram os pontos em que mesmo os seus adversários mais concessões estiverem dispostos a fazer. Em 1908, Alfredo Gallis reconheceu, apesar de uma hostilidade abertamente assumida, que D. Carlos era «bastante inteligente e sagaz, muito subtil e de fácil compreensão, pois negar-lhe estes títulos seria fãlsear a verdade histórica». O rei «tinha leitura vasta, e conhecia, como poucos, a marcha da política, dos progressos sociais, e da civilização europeia». De resto, «viajou muito e era homem que sabia ver e assimilar»⁵.

¹ CARVALHO, [1911], p. 334.

² PESSOA, 1979, pp. 194 e 373.

³ BRANDÃO, s. d., vol. I, p. 134.

⁴ ORTIGÃO, 1946, p. 240.

⁵ GALLIS, 1908-1909, vol. I, pp. 10-11.